

Celebrar a diversidade de gênero e educar para a sustentabilidade: desafios para quem faz o Recreio nas Férias

Silvana Vilodre Goellner

Mais que viver, o que importa é trabalhar na mudança - antes que a vida apodreça - do que é preciso mudar.

Thiago de Mello

Ao celebrar dez anos de sua existência, o Programa Segundo Tempo, além de comemorar várias de suas conquistas, projeta novos desafios para quem o constrói cotidianamente: educar para a sustentabilidade. Esse tema materializa o pilar sob o qual o Recreio nas Férias fundamenta sua intervenção, tendo como eixo basilar quatro princípios: respeito pela natureza; respeito aos direitos humanos universais; justiça econômica e cultura da paz.

Considerando essa intencionalidade, um dos muitos desafios a serem enfrentados na construção de um agir sustentável recai no trato igualitário entre meninos e meninas (homem e mulher) em todas as ações que integram esses projetos, o que envolve aquilo que denominamos de 'questões de gênero'. Vale ressaltar que tal desafio não é inédito na agenda política-pedagógica do Programa Segundo Tempo e do Recreio nas Férias, o que pode ser identificado tanto na produção teórica que orienta seus princípios quanto nos vídeos que foram produzidos para a capacitação de seus profissionais.

À temática norteadora dessa edição do Recreio nas Férias cabe uma pergunta: por que as 'questões de gênero' são mencionadas e que vínculos podem ter com a ideia da sustentabilidade ou do fomento às atitudes sustentáveis? É sobre isso que esse texto discorre.

A produção cultural dos gêneros masculino e feminino

A construção do que é considerado mais adequado e recomendado para os meninos (homens) e para as meninas (mulheres) resulta de processos culturais e históricos que precedem o nosso nascimento. Compra-se roupa rosa ou azul

se a criança for uma menina ou um menino assim como os brinquedos serão escolhidos de modo diferente. A ela serão dirigidas expressões tais como a 'princesinha', a 'bonequinha' da mamãe/papai e a ele o 'garotão', o 'gostosão' da mamãe/papai. Sobre seu futuro serão projetadas perspectivas distintas: ela vai ser bailarina, professora, enfermeira, médica e ele vai ser cantor de rap, jogador de futebol, advogado, piloto de avião. Também serão inferidos lugares de maior circulação e vivência para ela e para ele: se for uma menina pressupõe-se que vá ajudar a mãe a cuidar da casa e dos irmãos; se for menino, aprenderá um ofício, irá trabalhar ou fazer bicos para ganhar dinheiro. Percebam o quanto esses exemplos estão definindo atributos e funções relacionados aos homens e às mulheres.

Esse mesmo processo se dá no Programa Segundo Tempo e no Recreio nas Férias e estamos profundamente imbricados/as neles, pois nossa atuação produz efeitos nos alunos/alunas (crianças e adolescentes), seja no modo como eles/as percebem seus corpos, seja como se veem como pessoas. Esse processo de identificação dos sujeitos a partir do seu sexo biológico está profundamente relacionado com as questões de gênero uma vez que se espera que uma menina seja feminina e um menino seja masculino. No esporte e no lazer não é diferente.

Por gênero entende-se a condição social através da qual nos identificamos como masculinos e femininos. É diferente de sexo, termo usado para identificar as características anatômicas que diferenciam os homens das mulheres e vice-versa. O gênero é construído social e culturalmente e envolve um conjunto de processos que vão marcando os corpos a partir daquilo que se identifica ser masculino e/ou feminino. Quando dizemos a um menino que ele não deve chorar porque isso é coisa de mulher ou, ainda, quando ensinamos as meninas que elas não devem participar de brincadeiras que exijam força porque isso é para homens, estamos reforçando modos de ser masculino e feminino que são comumente aceitos como normais e desejáveis na nossa cultura.

No entanto, se estamos cientes de que o gênero é a construção social do sexo, precisamos considerar que aquilo que no corpo indica ser masculino ou feminino, não existe naturalmente. Foi construído assim, e por esse motivo não é, desde sempre, a mesma coisa. Há algum tempo, por exemplo, um menino que usasse cabelos compridos e brincos, provavelmente teria a sua masculinidade questionada, visto que essas marcas eram consideradas como femininas. Nos dias de hoje essa suspeição já não se aplica porque os brincos fazem parte dos adornos corporais de meninos e meninas, assim como o uso de cabelos compridos, curtos, coloridos etc.

Este exemplo ajuda a pensar outra questão importante sobre os gêneros. O que é ser masculino ou feminino? Será que podemos nos referir a esses termos no singular ou não poderíamos pensar que existem diferentes formas de viver as masculinidades e as feminilidades? Será que há formas fixas de assim ser e parecer? Porque um menino não pode chorar? Ele será menos homem se proceder desse jeito? Será que uma menina não pode usar cabelos curtos e jogar futebol sem que se pense que ela quer ser um menino?

Por que temos que inibir, desde cedo, os desejos e as vontades expressas pelas crianças? Será que ter cabelos compridos, jogar futebol, usar boné, dançar,

colocar brincos nas orelhas ou brincar de bambolê, são atitudes possíveis de serem realizadas apenas por um ou outro sexo? Não seriam essas práticas possibilidades de meninos e meninas vivenciarem seus corpos em suas múltiplas possibilidades, desde que tenham vontade?

Se tivermos nosso pensamento orientado pelas representações dominantes do que seja masculino e feminino, certamente não vamos incentivar as meninas a jogar futebol ou os meninos a brincar de bambolê, não é verdade? E ao fazer assim, estamos contribuindo para reforçar o processo de generificação dos corpos e das subjetividades. Isto é, estamos educando um menino a ser um menino de acordo com o que a nossa cultura entende que é ser um menino. Será que isso não pode ser diferente? O que importa se um menino usa brinco? Ou se não gosta de jogar futebol?

Educar para a sustentabilidade e para a cultura da paz pressupõe respeitar a diversidade dos sujeitos.

O respeito, o agir sustentável e a cultura da paz: educando para a equidade de gênero

Ciente de que o Programa Segundo Tempo e o Recreio nas Férias exercem um papel pedagógico que educa os sujeitos que neles se envolvem, torna-se pertinente desenvolver estratégias que contemplem a educação para equidade de gênero, minimizando desse modo algumas das desigualdades que em seu nome se instituem. Tal agir implica ações que envolvem os princípios que fundamentam um agir pautado pela sustentabilidade tais como o respeito, a justiça e a cultura da paz.

Antes de discorrer sobre esses princípios torna-se necessário destacar que a desigualdade de acesso e permanência entre meninos e meninas nas atividades esportivas e de lazer é um dado facilmente identificado em vários projetos sociais. Em grande medida, percebe-se que os meninos usufruem de programas esportivos e de lazer em maior quantidade que as meninas e essa diferenciação acontece em função de aspectos culturais e sociais presentes na sociedade e que, muitas vezes, nem os percebemos. Poderíamos mencionar alguns deles: a) as meninas são educadas a ajudar no trabalho doméstico e no cuidado com a casa e com os irmãos, o que diminui seu tempo para o lazer; b) frequentar alguns locais nos quais se desenvolvem atividades de lazer, por vezes, é considerado como perigoso para as meninas em função da violência, inclusive, sexual; c) alguns programas sociais investem em modalidades esportivas, sobretudo o futebol, deixando a descoberto atividades nas quais as meninas aderem com maior frequência e disponibilidade; d) a educação das meninas é mais direcionada ao espaço privado do que ao público, diferentemente dos meninos que, desde cedo, são incentivados a ir para a rua; e) algumas atividades esportivas e de lazer não são recomendadas às meninas porque são identificadas como agressivas e/ou masculinizadoras; f) a ofertas de atividades para as meninas às vezes acontece em horários que elas não podem participar em função do auxílio às atividades domésticas; g) o espaço privilegiado das atividades esportivas é primeiramente

destinado aos meninos (quadras, campos, ginásios etc) enquanto que para as meninas ficam os espaços adaptados tais como quadras improvisadas etc; h) a pouca tradição de implementação de atividades coeducativas nas quais meninos e meninas participem juntos em atividades esportivas e de lazer como, por exemplo, futebol, ginástica, brincadeiras diversas, entre outras.

Além dessas situações, outras tantas se fazem presentes quando pensamos nas questões de gênero e que estão profundamente imbricadas com a aparência dos corpos, dos modos de ser e de se comportar. Vejamos: cada cultura em cada contexto histórico elabora algumas representações do que seja masculinidade e feminilidade. Essas representações servem como parâmetros a indicar quem está adequado ou não; quem é mais aceito ou não; quem é incluído ou excluído.

Considerando as atividades desenvolvidas nos projetos sociais de esporte e lazer, identificamos que, não raras vezes, meninos e meninas são alvo de preconceito, discriminação e exclusão apenas porque não estão adequados a essas representações. Ou melhor, àquilo que tomamos como mais certo para um menino ou menina e que envolvem desde o jeito com o qual se movem, se vestem, brincam e se relacionam com outros meninos e meninas.

Educar para um agir pautado pela sustentabilidade evoca a celebração da diversidade que, nada mais é, do que perceber que as pessoas são diferentes e que essa diferença deve ser respeitada e não tomada como um marcador a discriminá-la e, assim, negar-lhe o direito de viver sua existência de modo pleno.

Ser diferente não significa ser desigual. Esse princípio orienta-se pelo respeito, pela justiça e pela cultura da paz, uma vez que valoriza o diálogo, a solidariedade, a compreensão, a aceitação do outro e não apenas a tolerância ao outro.

Se pensarmos que a diferença de gênero não pode ser um marcador a diminuir o exercício de direitos de uma pessoa, inclusive de acesso e permanência ao esporte e ao lazer, necessitamos criar estratégias capazes de minimizar a desigualdade que dela se origina. É, portanto, no contexto da desigualdade que o conceito de equidade de gênero ganha relevância e intencionalidade política.

Por equidade de gênero entende-se a condição de igualdade de direitos para os sujeitos, independente de gênero feminino ou masculino (XAVIER FILHA, 2009). Não se relaciona, portanto, apenas às mulheres, mas amplia sua abrangência:

Equidade de gênero refere-se à construção da igualdade de usufruto de direitos e bens sociais a partir do reconhecimento das diferenças entre as pessoas. Equidade de gênero significa igual valorização de atributos considerados masculinos e femininos, seja na vida individual, seja nas práticas sociais. Nesse sentido, iniquidade de gênero ou desigualdade de gênero não é simplesmente discriminação de sexo ou exclusão de mulheres de posições de privilégio de poder; de modo mais amplo, refere-se à assimetria de gênero, ou seja, à valorização dos atributos de um gênero em detrimento de outro (CARVALHO; ANDRADE; JUNQUEIRA, 2009, p. 14).

No campo do esporte e do lazer tal conceito ainda merece ser observado com maior ênfase quando relacionado às mulheres (crianças, jovens adultas e idosas), pois, como já mencionado anteriormente, estas vivenciam maiores limites quando comparadas com os homens no universo destas práticas. Essa afirmação de modo algum desconsidera que existam situações nas quais os homens (crianças, jovens adultos e idosos) vivenciem situações nas quais se expressem, também, desigualdades de gênero. No entanto, vale reforçar que historicamente o esporte é representado como uma prática de domínio masculino e que o lazer é atravessado pela divisão sexual do trabalho que, desde muito tempo, indica o espaço público como de predominância masculina.

Ainda assim cabe ressaltar que promover a igualdade de acesso ao esporte e ao lazer não significa que a igualdade de oportunidades esteja garantida.

O princípio de igualdade de acesso não é suficiente para possibilitar IGUALDADE DE OPORTUNIDADES; oportunidade refere-se à liberdade e à possibilidade concreta, real, de realizarmos nossos desejos e convicções. Mas a idéia da EQUIDADE leva-nos mais longe e comporta outras implicações: envolve a capacidade de ajuizar se uma situação particular é justa; implica a consciência de que respeitar apenas um conjunto de leis ou de regras pode não ser suficiente para assegurar a justiça, o respeito pelas características únicas de cada sujeito (GOMES; SILVA; QUEIRÓS, 2000, p. 42).

A educação para a equidade de gênero deve começar, portanto, pelo questionamento acerca de modelos que historicamente foram sendo construídos para justificar a condição desigual entre homens e mulheres ou ainda entre feminilidades e masculinidades, uma vez que ecoam nos modos como educamos as crianças e os adolescentes.

Uma alternativa possível é desenvolver estratégias direcionadas para a coeducação e para a igualdade. Afinal, coeducar exige que se perspetive quer o modelo feminino, quer o masculino, e que se valorizem os aspectos positivos de um e de outro. Coeducar significa, ainda, adotar uma posição crítica e reflexiva sobre as desigualdades de gênero buscando assim a igualdade, cujo principal objetivo é o de permitir a todas as pessoas a plena participação e o acesso à maior variedade de atividades permitindo-lhes realizar todo o seu potencial. Tal exercício elimina as práticas discriminatórias e educa para atitudes sustentáveis que envolvem desde o respeito ao outro até a aceitação das diferenças como um princípio a ser valorizado e não eliminado.

Agir em busca da equidade de gênero traduz-se em um compromisso político e ético em prol da construção de uma sociedade democrática e justa, uma vez que tal ação está orientada pela valorização da diversidade dos sujeitos e pelo respeito as suas singularidades. Ao agirmos desse modo estamos possibilitando que cada sujeito vivencie com prazer e alegria experiências de sociabilidade, de autoconhecimento e de educação fazendo com que se percebam como sujeitos protagonistas da sua história pessoal e da sociedade em que vivem.

Enfim, a construção de um agir pautado pela sustentabilidade demanda esforço, sensibilidade e vontade política o que, indubitavelmente, traduz-se

em um grande desafio visto que nossa ação tanto pode reforçar a exclusão, o preconceito e a violência, quanto minimizá-las.

Nesse sentido, é inegável ressaltar o papel pedagógico desempenhado por cada sujeito envolvido no Programa Segundo Tempo e no Recreio nas Férias, cuja intervenção pode fazer grande diferença na construção de práticas, discursos e valores mais democráticos e solidários, considerando a equidade de gênero. Afinal, numa sociedade desigual nada é concedido, mas conquistado, inclusive no âmbito do esporte e do lazer.

Intervir nessa direção implica promover uma educação voltada para construção de atitudes sustentáveis. Não nos furtemos de tal responsabilidade.

Referências

CARVALHO, M. E. P. de; ANDRADE, F. C. B. de A.; JUNQUEIRA, R. D. **Gênero e diversidade sexual**: um glossário. João Pessoa: EdUFPB, 2009.

GOMES, P. B.; SILVA, P.; QUEIRÓS, P. **Equidade na educação**: educação física e desporto na escola. Queijas: Associação Portuguesa Mulher e Desporto, 2000.

XAVIER FILHA, C. (Org.). **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual**. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2009.